

Jornal BEM INFORMADO

Belo Horizonte, fevereiro de 2015 – Ano 08 | nº 85

IEPHA
INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

De volta ao povo

Após três anos fechada, fies de Cachoeira do Campo, distrito de Ouro Preto, recebem Matriz Nossa Senhora de Nazaré restaurada.



Páginas 09 e 10

Conheça Minas

Vila Risonha de Santo Antonio da Manga de São Romão



Página 05

Entrevista

Douglas Fasolato – Diretor Superintendente da Fundação Museu Mariano Procópio

Páginas 06 e 07

Procura-se

Imagem de Santo Antonio da paróquia de Zito Soares, distrito de Santa Cruz do Escalvado

Página 08

Reforço financeiro

Celebração do Dia do Patrimônio Histórico foi aprovada pela Lei Estadual de Incentivo à Cultura 2015.



Página 03

Bem Protegido

Igreja Matriz de Santo Antonio em Mateus Leme

Página 12

Mala Direta Postal
Básica
9912261467/2010
IEPHA/MG
---CORREIOS---

Bem Informado: desde 2007 trazendo informações sobre o patrimônio cultural de Minas



Lever as principais informações sobre o patrimônio cultural aos 853 municípios mineiros mensalmente. Esse é o objetivo do Bem Informado que há sete anos vem sendo um dos principais veículos de comunicação impresso que trata exclusivamente sobre o nosso rico patrimônio.

Nossa equipe de comunicação social está sempre atenta para que se produza um jornal de qualidade aos leitores que nos acompanham. Nos últimos anos, graças ao avanço tecnológico conseguimos alcançar um número maior de pessoas, além de enviarmos via Correios a todos os municípios, as 84 edições do Bem Informado estão disponíveis on-line no site do IEPHA/MG. Vale destacar também que ao longo desses sete anos de existência, o jornal vem passando por transformações e se adequando às novas tendências de comunicação com criatividade e profissionalismo.

Além de divulgar os trabalhos realizados pela equipe do IEPHA, o Bem Informado abre espaço também para as diversas ações de preservação do patrimônio cultural que acontecem no território mineiro.

Nesta edição, por exemplo, a equipe do Bem Informado trouxe desde matéria

sobre restauração a notícia de roubo de peças sacras. Um dos destaques é a celebração do Dia do Patrimônio Histórico, comemorado desde 2012 pelo IEPHA/MG, e que foi aprovado na Lei Estadual de Incentivo à Cultura. O evento este ano terá o patrocínio de R\$ 200 mil.

Um pouco da história do município de São Romão, no vale do São Francisco, é apresentada na sessão "Conheça Minas". Já a página dedicada a mostrar os bens protegidos pelo IEPHA, relembra como se deu o tombamento da Igreja Matriz de Santo Antônio em Mateus Leme.

A equipe do Bem Informado trabalha com muita dedicação e profissionalismo para levar a você, que recebe o nosso jornal, informações e notícias sobre a preservação do patrimônio cultural do estado de Minas Gerais.

Sua sugestão e crítica são bem muito bem vindas. Você pode nos ajudar na produção do Bem Informado. Envie-nos sua contribuição para o e-mail comunicacao@iepha.mg.gov.br e ligue para 31-3235-2812.

Receba com carinho o jornal Bem Informado.

Boa leitura!

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Fernando Damata Pimentel – *Governador*
Antonio Andrade – *Vice Governador*

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Angelo Oswaldo – *Secretário*
Bernardo Mata Machado – *Secretário Adjunto*

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Michele Abreu Arroyo – *Presidente*
Danielle Cristine de Faria – *Chefe de Gabinete*

Fioravante Vendramini – *Diretor de Conservação e Restauração*
Dirceu Alves Jácome Junior – *Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças*
Marília Palhares Machado – *Diretora de Promoção*
Angela Maria Ferreira – *Diretora de Proteção e Memória*

BEM INFORMADO – INFORMATIVO DO IEPHA/MG

Textos e edição
Leandro Henrique Cardoso (MG 16780JP)

Textos
Adalberto Andrade Mateus (MG 17581JP)
Ana Flávia Araújo (MG 14308JP)

Revisão gramatical
Isa Maria Marques de Oliveira

Diagramação
Pablo do Prado Soares (MG 1582PP)

Fotos
Izabel Chumbinho

Impressão
Gráfica e Editora Dom Bosco Ltda

Tiragem
3.000 exemplares

Periodicidade
mensal

Formato
23 x 31cm em papel Reciclato 90g/m²

IEPHA
INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

MINAS GERAIS
GOVERNO DE TODOS

Rua dos Aimorés, 1697 | CEP: 30140-071 – Belo Horizonte (MG)
(31) 3235-2800 | Fax: (31) 3235-2858 | www.iepha.mg.gov.br
Envie sua sugestão para: comunicacao@iepha.mg.gov.br

UTILIDADE PÚBLICA

Dia do Patrimônio Histórico é aprovado na Lei Estadual de Incentivo à Cultura

Por Leandro Henrique Cardoso

A celebração do Dia do Patrimônio Histórico, realizada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG desde 2012 será patrocinada pela empresa Gerdaul por meio da Lei Estadual de Incentivo à Cultura – LEIC. O patrocínio será de R\$ 200 mil, valor aprovado na LEIC de 2015.

Segundo o grupo organizador do evento, o Dia do Patrimônio Histórico é uma grande oportunidade para envolver a população em atividades que valorizem a preservação do patrimônio cultural mineiro. Quando se reúnem na Praça da Liberdade manifestações culturais de vários municípios, oferece-se a oportunidade da população conhecer Minas sem precisar pegar a estrada.

Minas Gerais guarda um rico patrimônio histórico e cultural, expresso em edificações centenárias, tradições artísticas, culinárias e populares de valor inestimável. Valorizar e divulgar essa riqueza devem ser parte da missão de toda a sociedade e das instituições em geral, sejam públicas ou privadas.

Além disso, devido à grande participação popular, o Dia do Patrimônio Histórico foi inserido no calendário oficial de eventos culturais de Minas Gerais. O evento transforma a Praça da Liberdade em um dos maiores corredores culturais a céu aberto do país, com a realização de diversas atividades que demonstram a riqueza da cultura mineira.

A Lei Estadual de Incentivo à Cultura é um mecanismo de apoio à produção cultural do Estado para o incentivo à execução de projetos artístico-culturais, por meio de dedução do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), a partir do faturamento da empresa patrocinadora sendo possível deduzir até 99% do investimento.

A celebração do Dia do Patrimônio Histórico

O destaque das edições passadas foi o envolvimento das famílias que participaram das mais variadas atividades trazidas pelos municípios mineiros. De Sabará, região metropolitana de Belo Horizonte, vieram a Renda Turca, a Palma Barroca e o artesanato feito com a palha da bananeira. O Tear centenário de Resende Costa, região central, também marcou presença na praça e atraiu olhares de crianças e adultos que se encantaram com a arte de tecer. Os 240 quilômetros de distância da capital não



foram empecilhos para que o município de Cipotânea, na zona da mata, viesse mostrar sua arte feita com a palha do milho.

No ano passado, por conta das eleições, a celebração do Dia do Patrimônio teve de ser antecipada e o evento ocorreu em junho, diferentemente dos anos anteriores, que tiveram a festa realizada em Agosto. Mais uma vez, o apoio de instituições parcerias viabilizou a realização do evento e marcou o Dia do Patrimônio Histórico no calendário dos mineiros. Campo das Vertentes, região metropolitana de Belo Horizonte, zona da mata, Jequitinhonha, noroeste, sudoeste, norte, central e triângulo. Essas foram as regiões mineiras que participaram do evento através das cidades: Alfredo Vasconcelos, Belo Horizonte, Caeté, Cipotânea, Chapada do Norte, Conceição do Mato Dentro,

Congonhas, Coqueiro Campo, Diamantina, Gouveia, Guarda-Mor, Guaxupé, Itabirito, Matias Cardoso, Nova Lima, Ouro Preto, Prados, Sabará, Serro, São João del-Rei e Uberlândia. Cada uma delas trouxe parte de sua tradição e se juntaram ao charme da Praça da Liberdade, transformando-a em um verdadeiro “livro de histórias a céu aberto”.

O Dia do Patrimônio Histórico é comemorado, no Brasil, em 17 de agosto, lembrando o nascimento do historiador e jornalista Rodrigo Mello Franco de Andrade (1898-1969). Profundamente ligado às questões de preservação do patrimônio, Rodrigo Mello Franco dirigiu o Sphan, (atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan), de sua fundação em 1937 até 1967.

ICONOGRAFIA**A Imaculada Conceição sob a ótica das concepcionistas**

Por Adalberto Andrade Mateus

Foto: Luiz Fernando Ferreira / Divulgação



A iconografia é o estudo, o conhecimento e a descrição das imagens. Por ela alcançamos o entendimento sobre o significado da representação e demais simbologias presentes que, principalmente, no repertório das religiões constitui-se como campo farto para a interpretação.

Ao verem a imagem de Nossa Senhora grafada na medalha das irmãs concepcionistas do Mosteiro de Macaúbas, em Santa Luzia, muitas pessoas podem interpretar como sendo a Nossa Senhora do Rosário, mas trata-se da padroeira da Ordem da Imaculada Conceição. Como a imagem do Menino Jesus é representada nos braços de sua mãe, o detalhe importante que a diferencia da imagem da Senhora do Rosário está na ação da criança que, de posse de uma cruz com lança, esmaga a cabeça da serpente, representativa do pecado.

De acordo com a Irmã Eleusa Maria, religiosa do Mosteiro Monte Sião da Imaculada Conceição, em Goiás, um dos dogmas da Igreja Católica mais incompreendidos nos dias de hoje é o da Imaculada Conceição da Santíssima Virgem Maria. Na Igreja, o dogma é uma verdade de fé que deve ser aceita por todo cristão. Entre os exemplos de dogma estão a Trindade de Deus e a inerrância da Bíblia (doutrina que defende que o livro sagrado não apresenta contradições). Assim, todo cristão deve crer na Imaculada Conceição.

“A Medalha da Ordem da Imaculada Conceição, não é devocional e sim Cristológica, pois é em vista da concepção do Filho de Deus que Maria é preservada do pecado original e Jesus veio nos trazer a Salvação, nos libertar do pecado, por isso na representação da imagem da Imaculada Conceição é o próprio filho quem esmaga a

cabeça da serpente”, esclarece Irmã Eleusa. O entendimento também deve ser quanto à Imaculada Conceição e seus significados. De acordo com Irmã Eleusa, “ao contrário do que muitos pensam, Nossa Senhora não é Imaculada Conceição pelo fato de Jesus ter nascido sem que ela perdesse a virgindade, isso é a Virgindade Perpétua de Nossa Senhora. A Imaculada Conceição é o fato de Nossa Senhora ter sido concebida sem Pecado Original, não tendo jamais pecado nem tido vontade de pecar”.

Para entender o Pecado Original

O Pecado Original, na interpretação da Igreja, é herdado por todas as gerações desde Adão. Desde o episódio em que Adão e Eva escolheram dizer “não” a Deus, pecando por soberba ao quererem ser deuses no lugar de Deus, seus descendentes carregariam o pecado. Os efeitos do Pecado Original são: na alma, a tendência a fazer o mal e a inimizade para com Deus; no corpo, a doença, velhice, e finalmente a morte. Nossa Senhora, para ser mãe do Filho de Deus, foi salva no instante de sua concepção.

Irmã Eleusa apresenta outras passagens bíblicas que justificariam a preservação do Pecado Original. “Vemos como a Santíssima Virgem foi preservada quando o Anjo Gabriel chega a Nossa Senhora e a saúda com as palavras Ave, cheia de graça,



Irmãs de Macaúbas levam a medalha de sua protetora ao peito. Aos pés de Nossa Senhora, Santa Beatriz da Silva e Menezes, a fundadora da ordem.

o Senhor é convosco; bendita sois vós entre as mulheres”.

A iconografia da Imaculada Conceição, em sua leitura tradicional, foi apresentada na edição do Bem Informado nº09, de junho de 2008. Confira em www.iepha.mg.gov.br/publicacoes/jornal-bem-informado.

**Nossas Senhoras no alto da Serra**

Os interessados no estudo da iconografia de Nossa Senhora vão ganhar um espaço especial dedicado ao tema. O Museu Maria Regina Mundi (Maria Rainha do Mundo) a ser instalado na Serra da Piedade, em Caeté, vai contar com um acervo de 1.050 imagens referentes a quase todas as invocações de Nossa Senhora. De acordo com o arcebispo metropolitano de Belo Horizonte, Dom Walmor Oliveira de Azevedo, o espaço deverá ser inaugurado até 2017, quando serão celebrados os 250 anos de peregrinações ao Santuário de Nossa Senhora da Piedade. O acervo foi doado pelo sabarense Humberto Mattarelli e reúne imagens com títulos diversos como Nossa Senhora das Três Mãos e Nossa Senhora da Angústia. As diferentes invocações da Virgem Maria – são registradas mais de 1.100 – se referem a passagens de sua vida, como Nossa Senhora do Desterro (relacionada à fuga para o Egito), ou de aparições, como é o caso de Nossa Senhora de Lourdes.

Conheça Minas: São Romão

De principal armazém da região a palco de movimentos importantes (e quase desconhecidos)

Por Ana Flávia Araújo

Vila Risonha de Santo Antonio da Manga de São Romão. Fundada por Januário Cardoso e o seu sobrinho, o Capitão Manoel Francisco Toledo, assim surgiu o município de São Romão, no século XVII, localizado à beira do Rio São Francisco, entre os rios Urucuia, Paracatu e Ribeirão da Conceição. No período da colonização das Gerais e do Brasil Central, nos séculos XVII, XVIII e XIX, a cidade teve importância fundamental nesta empreitada do Brasil devido a sua localização geográfica e principalmente à bacia hidrográfica, no sertão do médio São Francisco. Este fato deixou o arraial em posição privilegiada, pois, esta localização vai transformar o arraial no primeiro porto e local de grande comércio do médio São Francisco, para a venda das mercadorias vindas das capitanias do Pernambuco e da Bahia.

Desde a sua fundação até o final dos anos 1700, o comércio do médio São Francisco era em São Romão, que abastecia outras regiões como o vale do São Francisco, Noroeste de Minas e para as minas, Vila Rica, Sabará e Mariana. Mas a partir de 1763, quando a capital do Brasil foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro, o comércio de São Romão começou a perder sua importância.

Outro acontecimento importante e desconhecido pela maioria foi os “Motins do Sertão”. A região noroeste de Minas, conhecida também como Sertão do São Francisco, compreendia os arraiais de São Romão, Manga, Brejo do Salgado (hoje, Januária), Capela das Almas, Japoré (hoje Nhandutiba) e Barra do Rio das Velhas (hoje Guaicuí), entre outros povoados menores. Essa área apresentava uma grande fluidez administrativa e uma organização sócio-econômica bem diferenciada daquela da região. Este movimento foi o primeiro, contra a cobrança de impostos e a liberdade destes, para o povo do Sertão do São Francisco e das minas. Era a guerra contra a cobrança de impostos. Estes movimentos aconteceram 53 anos antes da Inconfidência Mineira e abalou os governantes da capital da colônia e o rei em Portugal. A diferença dos movimentos, os motins e a Inconfidência, foram: o momento que aconteceu, a organização, a capacidade intelectual dos líderes e participantes em geral, os interesses financeiros e políticos, e onde aconteceu.

No dia 16 de agosto de 1804, o Arraial de São Romão foi elevado à sede paroquial e contava com uma Igreja Matriz dedicada a Santo Antônio, e duas capelas: uma de São Francisco e outra de Nossa Senhora do Rosário “dos Pretos,” (atualmente igreja de Nossa Senhora do Rosário, que é considerada a construção mais antiga do município) construída, supostamente, em 1668.



Raio “X” de São Romão nos dias de hoje

Segundo o senso realizado em 2010, São Romão possui pouco mais de 10 mil habitantes, dos quais têm na pesca e na agricultura suas principais atividades econômicas. Para chegar à cidade é necessário atravessar de balsa no Rio São Francisco, Paracatu e Urucuia, que é o grande problema para o desenvolvimento da economia e do turismo. O principal ponto turístico é o Riacho, patrimônio natural que foi tombado em 2009 pela Secretaria de Cultura e Turismo. Localizado no Sudeste do município de São Romão, a 5 km de distância, a principal via de acesso é por estrada de terra. O curso d’água chamado Riacho constitui-se em uma pequena bacia localizada à margem esquerda do Rio São Francisco. A área de lazer é de cerca de 10 mil metros quadrados e a temperatura apresenta-se sempre amena. O local possui características naturais importantes por estar dentro de uma região de veredas com riqueza de fauna e flora.

Durante a enchente de 1979, as águas inundaram parte da cidade derrubando muitos casarões do século XIX e início do século XX.

Restauração

Com o apoio técnico de um dos membros do conselho municipal de patrimônio cultural, a Secretaria de Cultura em parceria com a Irmandade Nossa Senhora do Rosário, iniciou em 2014 a restauração da Igreja de mesmo nome da congregação.

Segundo a secretária de Cultura Ludmila Dias Palma, o grande desafio da obra de restauração da igreja é a captação de recursos financeiros. “Além disso, a mão-de-obra para esse tipo de serviço não é especializada, e temos que ficar bem atentos para não nos depararmos com as paredes de cimento ao invés de adobe”, relata a secretária, que apesar de tudo, sente que os esforços estão compensados. “Hoje a estrutura da igreja foi recuperada, a parte de dentro está praticamente pronta e vai voltar ao piso original depois de mais de 40 anos”, conta.

Imaterial

São Romão possui um rico e singular patrimônio cultural imaterial. Todas as manifestações culturais da cidade são preservadas e tem atraído crianças e jovens. A festa de Nossa Senhora, que acontece em outubro, é considerada a mais tradicional da cidade que, além do festejo religioso, leva às ruas várias bandas de músicas, atraindo turistas de diversas localidades.

São Romão virou notícia no cenário nacional e internacional com o filme que foi rodado na cidade com participação de vários moradores. O filme “**Girimunho**” de Helvécio Marins Jr. e Clarissa Campolina, rendeu fama internacional a duas moradoras da cidade. Os diretores, que receberam prêmios pelo filme em diferentes festivais do Brasil e do mundo são pessoas muito queridas por todos e hoje são parte da cidade. O longa-metragem conta uma sucessão de histórias de Dona Bastu e Dona Maria do Boi. As duas, com mais de 80 anos, interpretam elas mesmas, recriando situações pelas quais passaram ao lidar com a transformação do tempo e a saudade de entes queridos. O filme mistura as linguagens de documentário e ficção ao abordar a perda, a nostalgia do não vivido, o sonho e a capacidade do ser humano de se redescobrir e reencontrar.

O próximo passo a ser dado pela secretaria de cultura é inserir na grade curricular das aulas de história, das escolas do município, a história de São Romão, já que grande parte dos sanromanenses desconhece sua própria origem.

Salvaguarda

No ano de 2011 o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais iniciou o *Projeto de Inventário para Fins de Salvaguarda e de Proteção do Patrimônio Cultural no Vale do Rio São Francisco*, contemplando dezessete municípios situados às margens do Rio. O processo, que surgiu a partir de uma antiga demanda do Instituto em executar inventários regionais, conta com o apoio do Ministério Público de Minas Gerais – MP, com repasse de recursos de um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC celebrado na região Norte de Minas. Os inventários foram construídos de maneira participativa, com envolvimento das comunidades, mobilização dos detentores do saber e agentes locais, que juntamente com a equipe do IEPHA e do Núcleo de História Regional realizaram pesquisas sobre os múltiplos bens culturais existentes na região. Atualmente o Projeto está na fase de revisão final das fichas de inventário. Futuramente pretende-se publicar o resultado do trabalho na série *Cadernos do Patrimônio Imaterial*.

ENTREVISTA

Douglas Fasolato – Diretor Superintendente da Fundação Museu Mariano Procópio

Por Adalberto Andrade Mateus

À frente do primeiro museu criado em Minas Gerais, o jornalista e historiador juiz-forano Douglas Fasolato se mostra um incansável para não deixar o Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora, ser esquecido pela população durante as significativas obras de restauração de sua sede. Para isso, empreende ações ousadas e criativas que levam as pessoas a terem contato com o acervo, mesmo que utilizando de outros espaços culturais. Membro da Academia Juiz-Forana de Letras e sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, Fasolato conta nessa entrevista ao Bem Informado as ações que têm sido realizadas para manter o Museu Mariano Procópio vivo e aberto, simultaneamente às obras de sua restauração.



Foto: Cristina Rufatto / Pinacoteca de São Paulo

Em janeiro, comemoramos os 150 anos do nascimento de Alfredo Ferreira Lage, fundador do Museu Mariano Procópio. Qual a importância da família Ferreira Lage para o município de Juiz de Fora?

Alfredo Ferreira Lage (1865-1944) é um dos mecenas mais importantes da história do Brasil e figura entre os raros exemplos de promover doação ao público de uma grande coleção, ao criar o Museu Mariano Procópio, inicialmente aberto como museu particular, em 1915, mas oficialmente inaugurado em 1921, para celebrar o centenário de nascimento de seu pai e patrono da instituição. Desde sua concepção o Museu estava vinculado ao propósito de torná-lo legalmente público, como fez em 1936, ao doá-lo ao município de Juiz de Fora por escritura pública e instituindo o Conselho de Amigos para zelar pelo cumprimento das cláusulas previstas no documento. Deve-se destacar que Alfredo Ferreira Lage tem uma trajetória vinculada à arte fotográfica, com premiações internacionais, tendo fundado com Sylvio Bevilacqua, Barroso Neto e Guerra Duval o pioneiro Photo Clube Rio de Janeiro, em 1903, o qual presidiu e pelo qual realizou três importantes exposições

naquela década na então capital federal. Além de participação como acionista da fundação de diversos empreendimentos em Juiz de Fora, como o Colégio Academia de Comércio, adquiriu e dirigiu o jornal o Pharol, foi vereador e criou com o irmão Frederico Ferreira Lage o Teatro Juiz de Fora, inaugurado em 1889.

Quanto ao seu pai, o comendador Mariano Procópio Ferreira Lage (1821-1872), mineiro de Barbacena, figurou entre os grandes empreendedores do Império. Acionista do Banco do Brasil e das Docas de Santos, além de sócio de uma importante empresa comercial no Rio de Janeiro, onde residia, criou e presidiu a Companhia União e Indústria, pela qual construiu a primeira estrada macadamizada do país, ligando Petrópolis à Juiz de Fora, inaugurada em 1861 com a presença do imperador Pedro II, além de hotel, uma colônia de imigrantes germânicos e uma Escola Agrícola. Foi também político importante, elegendo-se deputado pelo partido Conservador e foi diretor da Estrada de Ferro Dom Pedro II, depois Central do Brasil.

Há quanto tempo o Museu Mariano Procópio está fechado para obras e quais são os principais desafios para a gestão do Museu durante esse período em que passa por ações de restauração?

Os dois prédios históricos estão fechados há sete anos por decisão da então diretoria, sem qualquer outra solução possível, diante da grave situação de segurança, colocando em risco acervo e pessoas. As obras emergenciais foram iniciadas e paralisadas no mesmo ano, após operações da Polícia Federal no Município e o bloqueio de recursos pela Controladoria Geral da União. A paralisação agravou ainda mais o quadro de degradação das últimas décadas, tendo como causa a ação do tempo e de agentes biológicos, problemas de manutenção e intervenções indevidas. Ao assumir a direção, em 2009, encontramos obras paralisadas, recursos bloqueados e falta de certidão negativa de débitos do Município. O telhado estava desmontado e coberto com lonas cedidas pelo IEPHA. Basta dizer que a cobertura da Villa, a casa de 1861, originalmente em telhas planas, era sucessivamente trocada por material inadequado, ou seja, zinco, causando ainda mais danos ao longo do

O Museu Mariano Procópio é símbolo da memória histórica e artística brasileira

tempo. Certo é que havia necessidade de se realizar uma nova e ampla requalificação museológica e a restauração dos prédios históricos do Museu Mariano Procópio, uma antiga reivindicação, desde a década de 90, sempre retardada pela falta de recursos financeiros e de pessoal. São desafios de toda ordem, mas as obras vêm sendo executadas por etapas, com rigor técnico e em conformidade com as cartas patrimoniais e a legislação de museus, com o objetivo de restituir os valores estético-históricos dos prédios e jardim. Entretanto, o maior desafio é o tempo para que se possa executá-las com qualidade aliado a técnica e prazo para devolver ao público o acesso amplo a todas as áreas do complexo formado pelo Museu Mariano Procópio.

Como o Museu tem se relacionado com a comunidade durante esse período em que está fechado? Quais ações tem sido desenvolvidas?

Mesmo como apenas um terço do parque aberto ao público, a instituição vem cumprindo o tripé da museologia, que é conservar, pesquisar e comunicar. Ações culturais, educativas e científicas são oferecidas ao público, intra e extramuros, proporcionando um amplo diálogo em todas as frentes, restabelecendo e ampliando os vínculos afetivos com a comunidade e formando uma nova geração em contato com a instituição, até mesmo na parte que se encontra fechado, por meio de visitas técnicas e do projeto RestauRO Visitável. Curiosamente, o Museu tem obtido expressiva visibilidade, superior ao período em que estava aberto. Esse resultado é fruto da obstinação da reduzida equipe, que se desdobra para desenvolver tantas ações, tanto técnicas, como um amplo inventário em finalização, pesquisas, diagnósticos, conservação e restauro de acervo, como as culturais. Para obtermos sucesso, criamos parcerias e ações conjuntas com vários setores, entre os quais com a Universidade Federal de Juiz de Fora e Fundação Casa de Rui Barbosa. Os projetos têm variados públicos, como o educativo, por meio do Encontro de Educadores e das exposições itinerantes do “Museu vai à Escola”, concursos de desenhos e visitas guiadas e interativas, além de material de suporte para os professores. Inspirado no modelo europeu criamos em 2010 o projeto Noite no Museu, no mês de maio. O sucesso estimulou a equipe ao desafio de, em parceria com a Biblioteca Murilo Mendes, realizar outra ação noturna no parque do Museu para o público infanto-juvenil, o Caça ao Saci, encenação com os personagens da obra de Monteiro Lobato, durante os meses de abril

a outubro. Além disso, oferecemos oficinas temáticas, teatro, cinema, dança, poesia, Clube Ecológico, Carnaval no Museu, Baú de Leitura, Diversão no Museu e Férias no Museu. Outra vertente importante é o projeto Música no Parque, valorizando a formação de público para repertório erudito, instrumental, os coros e a produção autoral, normalmente fora da programação da rede comercial. E, acabamos de publicar o primeiro volume do periódico “Anais do Museu Mariano Procópio”.

Qual a expectativa da direção do Museu para sua reabertura e quais as ações precisam ainda ser realizadas? Há recursos garantidos para todas as etapas?

O problema maior é a falta de recursos financeiros necessários para a realização de um projeto global. Outro desafio é a burocracia para a viabilização, liberação e execução de repasses provenientes de emendas orçamentárias. A iniciativa privada é outra fonte de recursos pelo mecenato, cuja captação não se trata de facilidade no interior. O patrocínio está sendo viabilizado para a conclusão da Villa Ferreira Lage, definida primeira área a ser reaberta ao público, com previsão de conclusão da obra ainda este ano, repetindo a trajetória da instituição. Esta foi a sua sede inicial e que é uma referência nacional, pois se trata da primeira casa-museu brasileira, aberta a visitação em 1915. Além disso, estamos preparando para a abertura total do parque, que é um dos mais significativos jardins históricos brasileiros, atribuído ao francês Auguste François Marie Glaziou. Ainda não há recursos garantidos para todas as etapas, optando-se por concluir a Villa e a realização de obras emergenciais, como o lanternim e a claraboia do Prédio Mariano Procópio, em fase final de execução. Paralelamente estão sendo desenvolvidos os projetos executivos necessários para a requalificação arquitetônica e museológica, desde o Plano Museológico à nova exposição de longa duração, bem como a implantação do banco de dados que propiciará o acesso online ao acervo.

Está em destaque na agenda cultural paulista a exposição Coleções em Diálogo, em que peças do Mariano Procópio estão sendo apresentadas. Há propostas para que a exposição percorra outras cidades?

É preciso dialogar com o público para manter e fortalecer o vínculo afetivo existente e ampliá-lo com as novas gerações. A exposição “Coleções em diálogo: Museu Mariano Procópio e Pinacoteca de São Paulo”, aberta no dia 8 de novembro de

2014 e que pode ser visitada até 22 de março próximo, apresenta as singularidades da formação do acervo destas duas instituições, dividida em três eixos: a pintura histórica, as paisagens e a representação feminina. A exposição é formada por pinturas, desenhos e esculturas. Estamos tentando viabilizar a sua itinerância, dependendo de patrocínio. Uma exposição em Belo Horizonte vem sendo planejada há muito tempo, pois precisamos que os mineiros conheçam o seu mais antigo e importante museu. Esse propósito faz parte de uma série de ações extramuros que vem sendo realizada com o apoio do Conselho de Amigos do Museu Mariano Procópio, como as exposições “Nadar 35 Capucines”, em 2009, e “Doce França”, em 2010, ambas no Museu de Arte Murilo Mendes. Esta última com resultados muito significativos pela programação educativa, cultural e científica, publicações e retorno do público. Também foram produzidas outras mostras, como “União e Indústria: uma estrada para o futuro”, em 2013, no Espaço Cultural Correios, e “Simetria e Permanência: a arte na fotografia de Alfredo Ferreira Lage”, em 2014, no saguão da Reitoria da UFJF.

O Mariano Procópio é o primeiro museu de Minas Gerais. Sua coleção sobre o período imperial é uma das mais importantes do país. Qual é a sensação de ser o guardião, em nome de todos os juiz-foranos, de toda essa riqueza?

O sentimento de responsabilidade é cada vez maior, pois considero que o Museu está em Juiz de Fora, mas é de todos os mineiros e de todos os brasileiros. O Museu Mariano Procópio é símbolo da memória histórica e artística brasileira em Juiz de Fora e tem sob sua guarda acervo de relevância internacional. Isso vem sendo repetido como um mantra de apresentação, auxiliando os esforços de sensibilização para proporcionar o reconhecimento desta coleção nacional, mas que precisa ser tratada como tal, para cumprir suas finalidades a serviço do público.

O acervo de arte estrangeira e brasileira permite realizar um trabalho com outros museus, até mesmo devido as coleções divididas entre várias instituições, como o espólio Bernardelli, que pretendemos realizar um projeto em conjunto, viabilizando pesquisas e exposição. Quanto ao acervo imperial, é de inquestionável importância, tanto quantitativa como qualitativa, fundamental para compreensão da história, mostrando a necessidade de um diálogo com outras instituições museais como o Museu Imperial e o Museu Histórico Nacional.

BEM DESAPARECIDO**Distrito de Zito Soares está sem o seu Santo Antônio**

Por Leandro Henrique Cardoso



Dois homens desconhecidos são os principais suspeitos pelo furto da imagem de Santo Antônio, de 50 centímetros, de madeira, policromada, padroeiro

do distrito de Zito Soares, em Santa Cruz do Escalvado, na Zona da Mata. Antes do furto, os suspeitos estiveram na paróquia e se diziam pesquisadores. “Eles foram à casa

da zeladora Maria Moura, que toma conta da igreja, e a chamaram pelo nome. Quando ela apareceu, pediram para abrir o templo, pois eram muito devotos e queriam rezar”, disse o padre Leandro Ferreira Neves, responsável pela paróquia de Santa Cruz. Os homens entraram na igreja e vasculharam todo o espaço, causando estranheza à zeladora. “Perguntaram a dona Maria sobre a imagem de Santo Antonio, como ela já havia desconfiado, disse não ter nenhuma informação”, contou o padre Leandro.

Dias depois da aparição dos homens suspeitos na comunidade, o padre celebrou a primeira missa em Zito Soares. Segundo ele, a imagem de Santo Antônio estava guardada em um armário velho, mofado e com trinca simples. “Quando abri o armário para ver o santo, pensei em levá-lo para um lugar mais seguro, mas acabei desistindo por receio de causar algum desconforto com a comunidade”, relatou o padre.

Relatos de moradores ao pároco deram conta de que um carro modelo saveiro, de cor prata, com placa de Itabirito foi avistada rondando a igreja no dia 27 de dezembro, data do sumiço da imagem. Eles disseram que dois homens ficaram no bar perto do templo e conversaram com o dono do estabelecimento o tempo todo. À noite, já sem nenhum movimento, os suspeitos foram até a lateral da igreja e cortaram o cadeado da porta lateral, que estava com os vidros quebrados. “Não deve ter sido difícil arrombar o armário que guardava a imagem, pois já estava bem deteriorado”, falou o padre Leandro.

A denúncia à polícia foi feita pela própria comunidade, que se entristeceu com o sumiço de seu santo protetor. O Ministério Público de Minas Gerais também já foi acionado. Mas segundo o padre Leandro, não foi fácil encontrar fotografias da imagem de Santo Antônio, já que a igreja não é inventariada. “Como a imagem foi restaurada em 2003, fui em busca de informações com o padre responsável da época em Piedade de Ponte Nova”, contou o pároco, relatando ainda que a imagem de Santo Antônio é a mais antiga da cidade de Santa Cruz do Escalvado.

Minas Gerais não registrava roubo de peças sacras há três anos.

Roubar peças sacras é crime. Sua denúncia pode ser feita anonimamente pelo telefone (31)3235-2800 ou pelo fale conosco do site do IEPHA/MG.

Cachoeira do Campo comemora restauração do seu maior tesouro

Por Adalberto Andrade Mateus

Os labores da talha dos seus altares agradaram o imperador Dom Pedro II. Paulo Krügger a denominou de joia da arte colonial mineira. Para os moradores do maior distrito de Ouro Preto, a Matriz de Nossa Senhora de Nazaré, de Cachoeira do Campo, é o seu maior tesouro. E como seus bons guardiões, fazem de tudo em sua causa: fecham rodovia, viajam para a capital federal, rogam preces aos céus e – o mais importante – não se esmorecem quando precisam lutar pelos recursos necessários para manter vivo e protegido um dos mais antigos templos religiosos das Minas Gerais.

Em 29 de agosto de 2014, quando experimentaram a sensação de abrir as portas para que todo povoado pudesse conferir a conclusão dos serviços de restauração, Denise Viana não imaginava que, dali em diante, a cerimônia religiosa tivesse a atenção dividida com os elementos artísticos da igreja. Os olhares – curiosos e admirados – se voltavam aos altares e as pinturas do teto, recuperados depois de dedicado trabalho que durou mais de três anos. Denise trabalha como zeladora da Matriz há 15 anos, e junto com Nilson Batista e José Carlos da Silva, recebem os devotos e visitantes para suas orações e contemplação da arte barroca dos seus altares. “Nós acompanhamos a obra de restauração, sabendo de tudo que estava acontecendo”. O contentamento e a emoção de Denise e Nilson com a obra de restauração é visível e pode bem representar o que toda a comunidade sente, pois a relação da Matriz com todos é filial. “É a casa da nossa mãe”, resume os zeladores que agora tem uma função mais do que notória na comunidade: são eles os responsáveis por manter “a casa em ordem” e garantir a sua preservação.

E para essa tarefa, Denise e Nilson não titubeiam, ficam sérios e demonstram o

respeito pelas recomendações dadas após o processo de restauro. “Agora não colocamos flores naturais e não acendemos velas nos altares, porque a jarra pode tombar e a água se espalhar pela madeira e a vela empretece o douramento”, destacam os zeladores que consideram a importância de seguir as orientações passadas pelos especialistas.

Comunidade de mãos dadas

Anjos da guarda da Igreja Matriz, os zeladores contam com outro parceiro essencial para proteger o patrimônio local: Rodrigo da Conceição Gomes, líder comunitário nato, que nos minutos de folga na rádio local Sideral FM, não deixa de ir até a Matriz fazer suas orações e conferir a beleza colonial da Matriz de Cachoeira do Campo.

Rodrigo Gomes, que presidiu a Associação Cultural Amigos de Cachoeira do Campo, relembra cada um dos momentos da exitosa tarefa de devolver o templo completamente restaurado à comunidade. “Estamos colhendo os frutos de uma luta que começou há mais de dez anos. Em 2010, a obra foi contemplada com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento, do governo federal”, relembra. Em setembro de 2011, após a festa da padroeira, a igreja foi fechada em preparação à obra e no mês de maio do ano seguinte os trabalhos foram iniciados.

A situação que inspirava a segurança por ter o seu patrimônio recuperado transformou-se em apreensão e temor, pois os moradores viram as obras paralisadas pelo contingenciamento dos recursos à empresa contratada para a restauração. Mas a comunidade não cruzou os braços e foi às ruas para questionar. “O pessoal começou a ficar bravo e se mobilizou em passeatas, convocou a imprensa, foi uma comissão até Brasília e aí os recursos foram novamente direcionados para a obra e definitivamente



Rodrigo Gomes apresenta detalhes restaurados da Matriz



os trabalhos foram retomados”. Rodrigo faz questão de dividir a conquista com todos os moradores, “éramos uma representação do povo de Cachoeira. Povo que foi para as ruas, paralisou o trânsito da BR-356”. A chamada rodovia dos Inconfidentes é a principal da região e permite a ligação de Belo Horizonte aos municípios de Ouro Preto e Mariana.

Com a garantia dos recursos provenientes do Ministério das Cidades e o início das obras, a comunidade também participou efetivamente com a doação dos recursos necessários para a reforma dos bancos e instalação do equipamento de som, seguindo as recomendações estabelecidas pelo escritório técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de Ouro Preto.

Com o povo de Cachoeira do Campo é possível aprender algumas lições e uma das mais interessantes é a constante vigilância e a prática do ensinamento de Aloísio Magalhães de que a comunidade é a melhor guardiã do seu patrimônio. Sem descartar, é claro, a ajuda ‘divina’. “Sempre reafirmamos sobre a necessidade de intervenção na igreja que apresentava fiação em tecido. Nos 300 anos da Igreja Matriz, em 2010, uma grande chuva transferiu a cerimônia que seria campal para o interior da igreja, que apresentava infiltrações em vários locais. Uma das goteiras caía justamente sobre as autoridades. Foi uma chuva providencial”, relembra Rodrigo que destaca outros trabalhos que ainda precisam ser realizados no distrito, como a restauração da Igreja de Nossa Senhora das Dores e Bom Despacho.

Inspiração portuguesa



Detalhe dos azulejos da capela-mor. Santuário de Nossa Senhora de Nazaré, Nazaré, Portugal



Detalhe de cariátides do sacrário-mor. Matriz de Nossa Senhora de Nazaré, Cachoeira do Campo



Detalhe dos azulejos da capela-mor. Santuário de Nossa Senhora de Nazaré, Nazaré, Portugal



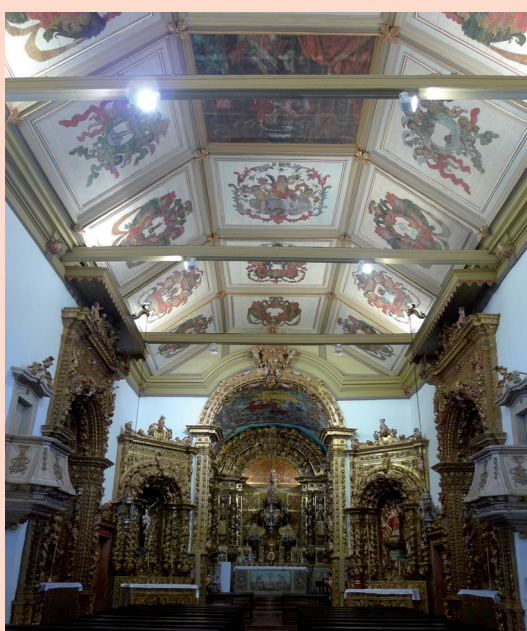
Detalhe do coro. Matriz de Nossa Senhora de Nazaré, Cachoeira do Campo

Fonte: Projeto “O Estilo Nacional Português em Minas Gerais” (PIBIC/IFMG-OP)

História nos quatro cantos

Andar pelas ruas do distrito de Cachoeira do Campo é entrar no livro da história de Minas Gerais. História que passa necessariamente pela Matriz de Nossa Senhora de Nazaré (foto ao lado), ponto central do distrito que, por vezes, passa ao visitante despercebido como sendo uma cidade, tamanha a proporção de sua vida social e estrutura urbana.

Na majestosa Matriz, Manuel Nunes Viana foi proclamado, em 1708, governador da capitania, em total insubordinação política às ações da Coroa Portuguesa. O episódio é um dos desdobramentos da Guerra dos Emboabas, primeira agitação política nas terras mineiras em que portugueses e reinóis enfrentaram os paulistas na disputa do poder em torno das riquezas há pouco descobertas.



Em 1720, na ampla praça em frente à Matriz, Felipe dos Santos, líder da Sedição de Vila Rica, foi algemado em frente ao cruzeiro, e sua prisão sufocou as aspirações libertárias que questionavam a exagerada cobrança de impostos pela Coroa.

Um pouco distante do centro do distrito estão outros palcos de históricos momentos. O antigo Quartel dos Dragões d’El Rei, posteriormente sede das Escolas Dom Bosco, protegido pelo IEPHA desde 2014, abrigou o regimento de cavalaria de Minas Gerais, protegendo os interesses da Coroa e mantendo a ordem na região. Hoje inexistente, também se localizava em Cachoeira do Campo o antigo Palácio dos Governadores, palácio de veraneio dos líderes da capitania, que testemunhou a delação de Joaquim Silvério dos Reis sobre as ações do grupo liderado por Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

PALAVRA DE ESPECIALISTA

Matriz de Nossa Senhora de Nazaré de Cachoeira do Campo

Por Alex Fernandes Bohrer*

A Matriz de Nossa Senhora de Nazaré de Cachoeira do Campo foi chamada por Paulo Krüger Correa Mourão de “a joia da arte colonial mineira” e não sem razão: sua densa talha, símbolo maior do Estilo Nacional Português em Minas Gerais, e seu rico acervo pictórico e imaginário, fazem dela um dos monumentos mais representativos da arte luso-brasileira. Tombada pelo IPHAN em 1949, a restauração atual trouxe a lume todo o esplendor desse que é um dos primeiros grandes templos do estado.

Em sua documentação sobrevivente há referências a douradores (como Manuel de Souza e Silvio de Vasconcelos, cujo trabalho se estende entre 1733 e 1735, e Américo Machado e Manuel Rodrigues, atuantes em 1752), marceneiros (além de Manoel Francisco Lisboa, pai do Aleijadinho, outros nomes são citados nos arquivos, como se lê: “ouro que dei a Antônio dos Santos Portugal por fazer um almario para guardar a [fabrica]” - talvez esse seja o grande arcaz da sacristia, ainda existente), ourives (como Rodrigo Brum, estrangeiro que fez a magnífica prataria da igreja entre os anos de 1744 e 1757), entalhadores (como Manuel de Matos, atuante entre 1724 e 1726) e pintores (como Antônio Rodrigues Bello, artista do Porto, Portugal, que em 1755 concebeu sua famosa cena na capela-mor, abrindo caminho para a pintura perspectivista em Minas).

Tamanha é a homogeneidade iconográfica dos retábulos de Cachoeira do Campo que podemos aventar a hipótese das cinco peças serem fruto de um projeto original único, seguido por algumas oficinas, em períodos diferentes, no primeiro quartel do século XVIII. Teria, então, toda ornamentação sido concebida por somente uma pessoa? Com a recente restauração da capela-mor ficou visível o desenho primitivo da cimalha real: antes pintada de azul, agora mostra motivos florais sob fundo negro (tão em voga na época) e dentículos que alternam a cor branca e vermelha (muitíssimo semelhante à Capela do Ó de Sabará). Tal desenho se repete, idêntico, na talha dourada das arquitraves do retábulo-mor e do arco-cruzeiro (seguiu-se a mesma proposta, consolidada, porém, por diversos artistas e técnicas). Cremos que originalmente o projeto previa talha para toda cimalha e, sem realizar-se o intento, utilizaram madeira policromada.

O retábulo-mor é uma grande estrutura de composição semelhante a tantos congêneres da região de Porto e Braga. As colunas são de tal modo afastadas que comportam nichos, com peanhas sob forma de mascarões - esse largo espaço intermediário se manifesta, acima, na separação das duas arquivoltas resultantes. Tais nichos estão inseridos em pilastras, com fina talha vazada, algo raro em Minas, mas comum em Portugal (exemplo disso são os bordados da Igreja de Nossa Senhora ao Pé da Cruz, em Beja). Esses nichos, na verdade, nada tem a ver com a influência joanina, como em geral se diz deles, mas seguem padrão coetâneo português, como nossa pesquisa doutoral demonstrou.

Os dois retábulos do cruzeiro seguem basicamente um mesmo risco, com variações somente na tampa do altar, nos sacrários, no camarim e na edícula, e devem provir da mesma oficina da capela-mor. Se, considerando a grande semelhança entre os fitomorfismos e zoomorfismos da Capela do Ó com esse conjunto de Nazaré, estivermos frente ao mesmo escultor, teríamos um fato curioso: esse artista ignorou a ornamentação antropomórfica em Sabará e a introduziu em Cachoeira.

Os dois exemplares restantes da nave foram confeccionados entre 1724 e 1726 e são obras do já citado Manoel de Matos, tendo o mesmo feitio e escultura. São esses os maiores retábulos laterais desse estilo em Minas e estão entre os maiores do estado (talvez inferiores em tamanho apenas aos do transepto da Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Catas Altas). Exibem já um tom apoteótico e teatral que prenuncia o joanino de dez anos depois.

Pelo menos mais três oficinas se insinuam aqui: uma nos púlpitos e coro, uma no medalhão do cruzeiro e outra no altar do Santíssimo. Os púlpitos e coro exibem acabamento leve, muito diferente dos retábulos; o púlpito tem rendilhados complexos, que nos remetem à ourivesaria; a talha do coro lembra os desenhos fitomórficos típicos dos azulejos portugueses (os quais podem também ter fornecido motivos para os pedúnculos tão comuns nas igrejas da região e para as mulheres nuas com braços em volutas ou asas, como vemos no sacrário dessa matriz e na azulejaria do Santuário de Nazaré, Portugal, onde o culto à padroeira de Cachoeira do Campo se

iniciou - teriam partido de Nazaré, além do orago, comitentes e artistas?).

A fatura do medalhão do arco-cruzeiro é indubitavelmente de outro mestre e apresenta formato diverso, confeccionado no modismo joanino. Sob esse medalhão ainda se pode ver a base da tarja original, confeccionada pelo mesmo escultor da capela-mor, com seus rostos peculiares.

O pequeno retábulo do Santíssimo parece ser um oratório paulista seiscentista, readaptado atualmente. Segundo a lenda, foi nele que chegou a Cachoeira a imagem original da Virgem de Nazaré, pequena escultura ainda existente.

Além da profusa talha, essa igreja ostenta farto material pictórico. Os 45 painéis pintados (considerando os laterais, as tampas móveis de altar e os de forro), elevam essa igreja a um patamar de destaque na história da pintura em Minas. Além deles, há o citado teto de Antônio Rodrigues Bello: feito em 1755, como novidade técnica, foi encoberto no século XIX pela obra que atualmente se vê, concepção de outro talentoso artista, Honório Esteves. Todavia, as várias janelas de prospecção abertas na última restauração ainda nos permitem entrever o desenho original de Bello, certamente de traçado surpreendente.

Marco fundamental de fé e religiosidade no panorama cultural brasileiro, a Matriz de Nossa Senhora de Nazaré de Cachoeira do Campo é herança permanente da corrida aurífera, construída no alvorecer de Minas. Não há como compreender plenamente o chamado Barroco Mineiro sem estudar esse templo e seus labores de talha e complexa pintura. É um monumento indelével, legado das gerações passadas para as gerações futuras.

Bibliografia

BOHRER, Alex Fernandes. *Ouro Preto, um novo olhar*. São Paulo: Scortecci, 2011.

BOHRER, Alex Fernandes. O Estilo Nacional Português em Minas Gerais e seus antecedentes luso-brasileiros. In.: BOHRER, Alex Fernandes, PIRES, Maria do Carmo, ANDRADE, Francisco Eduardo de (org). *Poderes e Lugares de Minas Gerais. Um quadro urbano do interior brasileiro, séculos XVIII-XX*. São Paulo: Scortecci/UFOP, 2013.

* Alex Bohrer é cachoeirense, doutorando em história pela UFMG e professor do Instituto Federal de Minas Gerais.

¹ AEAM - Cachoeira do Campo - Sala no 20 - Prateleira AA, LIVRO 23, Irmandade Nossa Senhora do Rosário, Livro de Receita e Despesa, AA23, p.9.

BEM PROTEGIDO: Igreja Matriz de Santo Antonio – Mateus Leme

Por Leandro Henrique Cardoso



O Conselho Curador do IEPHA/MG aprovou em 26 de outubro de 1976 pelo tombamento da Igreja Matriz de Santo Antonio e seu respectivo adro. A proteção do bem foi expressa no Decreto nº. 18.531, de 02-06-1977 e inscrito nos Livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (Livro nº. I) e do Tombo das Belas Artes (Livro nº. II). A área de proteção é limitada pelos eixos dos Logradouros que a circundam. A Igreja Matriz de Santo Antonio também é protegida pela Prefeitura Municipal de Mateus Leme desde 2001.

A construção da Igreja Matriz de Santo Antonio iniciou-se na segunda metade do século XVIII e foi finalizada em 1790. Por volta de 1748, ano em que se registrou a presença do capelão Francisco Fernandes de Almeida, acreditava-se que existia outra capela no mesmo local. Mesmo assim, ao longo do século XVIII, permaneceu como capela curada da freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rei até ser desmembrada em 14 de julho de 1832 e instituída canonicamente a 9 de agosto de 1933. Teve o Padre Antonio Mendes da Cunha Jardim como primeiro vigário encomendado e os vigários Antonio Fernandes Taveira, colocado em 1837, e o Cônego João José da Silva Araújo, em 1860.

A iniciativa da construção é atribuída ao minerador Alferes João Francisco da Silva que lançou mão de recursos próprios em reconhecimento a um milagre de Santo Antonio, que teria salvado a sua vida em um acidente de cavalo.

A Matriz de Santo Antonio do Morro de Mateus Leme localiza-se na parte baixa da cidade, voltando sua face principal à Serra. Situa-se em área de ocupação mais antiga próxima à estação ferroviária, que pertencia

A Serra de Santa Cruz – conhecida como Serra do Elefante – foi o local escolhido pelo bandeirante paulista que deu nome à cidade, genro de Borba Gato, que de Sabará seguiu em busca das lavras de ouro pelo rio Paraopeba, rumo a lavras de Pitangui. O povoado Arraial do Morro de Mateus Leme pertenceu aos municípios de Sabará e do Bonfim, a partir de 1877, ao município do Pará, tendo sido criado em 1938 quando emancipado de Pará de Minas.

ao ramal férreo de Belo Horizonte ao Ribeirão Moraes, perto da estação de Alberto Isaacson. Sua implantação em terreno em desnível condicionou o arranjo de taludes e escadaria no adro, ampliada mais tarde.

O partido arquitetônico do templo corresponde ao esquema adotado para a construção de capelas para a construção de capelas de meados do século XVIII com justaposição de volumes retangulares: bloco maior correspondente ao corpo da nave, átrio, batistério e coro; o outro abriga a capela-mor, ladeada pela sacristia e a capela do Santíssimo.

Ressaltam-se como características construtivas desse templo singular, que traduziram o esmero na aplicação de recursos, a estrutura autoportante em alvenaria de pedra, cujas paredes abrigam os acessos aos púlpitos, às talhas em cantaria e o frontão ondulado, que foi engastado entre sineiras em arcos independentes do interior, sobrepostas aos cunhais e à sólida cimalha em cantaria emparelhada.

A festa de Santo Antonio em Mateus Leme acontece todos os anos por volta do dia 13 de junho, quando os devotos rendem homenagem também a São Sebastião. A festa do santo padroeiro inclui também a celebração a Nossa Senhora Aparecida, com a tradicional Cavallhada, representação das batalhas entre mouros e cristãos, e a procissão do Santíssimo Sacramento, por Corpus Christi.

Mais informações sobre esse bem tombado podem ser conferidas no capítulo 20 do volume 1 da 2ª edição do Guia de Bens Tombados IEPHA/MG, de autoria de Angela Dolabela Canfora com a colaboração de Maria Angela Pinheiro e que está disponível no site www.iepha.mg.gov.br